

# Informática na educação

Raquel de Almeida Moraes

Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 136 p. ISBN 85-7490-013-3

E-mail: raquel@fe.unb.br

O objetivo deste livro é apresentar, sinteticamente, uma leitura crítica da história da Informática na Educação no Brasil, desde suas origens, nos remotos anos 1930, até 1989, período em que oficialmente terminou a Guerra Fria. No Brasil, esse término foi marcado pela volta das eleições diretas e, na educação, tivemos a entrada na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei das Diretrizes da Educação – PL 1.258 – G, 1988.

Nesta pesquisa, o que nos chamou a atenção foi o fato de que, embora há nove anos, oficialmente, o governo federal desenvolvesse um processo de institucionalização da Política de Informática na Educação, este era pouco conhecido e discutido no âmbito dos educadores. A bibliografia a respeito ainda era escassa, e as primeiras notícias e dados que tivemos vieram de fontes primárias, sobretudo através do relatório sobre o *Estado Atual da Informática no Ensino no Brasil*, editado pela Funteve, do Ministério da Educação (MEC), em 1985.

A escassez de estudos sobre a questão inspirou-nos o presente livro, o qual consiste em um esforço de sistematizar e analisar criticamente o processo de elaboração da Política de Informática na Educação, destacando sua gênese, seus atores e interesses.

No presente livro, partimos da tese de que o setor de Informática e Educação sofreu uma ação intervencionista-nacionalista e isto se deve, a nosso ver, ao caráter estratégico que tais tecnologias adquiriram com o desenvolvimento capitalista no Brasil e nos países capitalistas centrais.

A partir do acirramento da concorrência capitalista no fim do século XIX, acelerou-se o ritmo e a intensidade das mudanças tecnológicas, fazendo com que o potencial produtivo fosse multiplicado, além de associar mais estreitamente o sistema econômico aos avanços científicos e tecnológicos. A ciência passou a se ligar ao sistema de produção moderno, acelerando seu ritmo de produção.

As inovações – como a Informática – fazem parte de um processo de mudança que está levando a alterações nas condições técnicas de produção e nas relações sociais no trabalho, alterações estas que ainda são objeto de controvérsia e discussão. As novas tecnologias não são revolucionárias por si. Seu potencial transformador só existe na medida em que for acompanhado de transformações políticas, econômicas, sociais, e, conseqüentemente, a Informática na Educação, isoladamente, não será transformadora (ver Rattner, 1985)

O que se deve ter presente é que, de um modo geral, alguns estudos na área indicam que o progresso técnico tem levado a uma alienação crescente dos trabalhadores, pois estes estão cada vez mais distantes do domínio dos meios de produção, do conhecimento profissional e da gestão do próprio trabalho.

Neste sentido, a proposta de criação de uma política que leva à escola uma nova tecnologia, como é o microcomputador, deve ser analisada de forma bastante criteriosa.

Para que levar o computador à educação? Quais são os reais objetivos? Criar apenas mão-de-obra especializada ou levar o filho do trabalhador (e o próprio País) a dominar (produzir e controlar) essa inovação? Ou seja: acentuar ou não a alienação?

Partindo dessas questões, este livro foi dividido em quatro capítulos:

No capítulo I, fazemos uma discussão teórica acerca dos pressupostos adotados ao longo deste trabalho, da não-neutralidade da ciência e tecnologia e do debate atual sobre a questão da Informática na Educação.

No capítulo II, analisamos o histórico da expansão da Informática no Brasil, pois a introdução do computador não é um fato isolado. Ela ocorre inserida de forma dinâmica num contexto econômico, político, social e educacional específico. Este ocorre no período a partir dos anos 1950-60, chegando até o final dos anos 1980. Nesse momento evidenciamos uma contradição: paralelamente e num movimento contrário ao processo de internacionalização da economia e da sociedade (em contrapartida às décadas de 1930-40, que foi nacional-desenvolvimentista), a Informática teve intervenção do Estado na linha da “reserva de mercado”, tendo em vista o projeto “Brasil Grande Potência”, de cunho nacional-interdependente ou de “Segurança Nacional”.

No capítulo III, fazemos uma análise da política educacional no período 1964-89. Procuramos mostrar seu cunho tecnocrático e tecnicista, de influência norte-americana, recorrendo à teoria do Capital Humano para propagar a tese de que a educação é investimento e que possibilita um aumento de produtividade. Isso favoreceu a perspectiva da informatização da escola.

No capítulo IV, traçamos a atuação do Estado frente à informatização do ensino, destacando o papel dos militares neste processo. Defendemos a tese de que os atores envolvidos com a questão também tinham orientação “nacionalista” (do tipo da “interdependência”), contrariamente às reformas educacionais do período pós-1964, as quais tiveram nítida influência estrangeira – sobretudo norte-americana (via Acordos MEC-USAID).

Destacamos ali as contradições apreendidas no processo político de Informática e Informática na Educação, ressaltando que estas se devem à lógica de oposição entre a racionalidade da acumulação local nacional e a racionalidade da acumulação global, pois a Informática passa a ser considerada um assunto de caráter estratégico, ligado ao projeto do “Brasil Grande Potência”.

Fazemos, no final, algumas considerações acerca do processo político em andamento, as quais nos indicam que, face à redemocratização do País, o processo decisório da Informática e Educação deve incorporar novos atores, como os pesquisadores envolvidos nos projetos estatais, e a própria sociedade civil representada pelas organizações educacionais. Essa observação mostra a urgência de pensarmos um novo modelo de desenvolvimento para o País, com uma maior participação popular, porque, além dessa ampla participação ser mais democrática, a atual situação de crescente miséria e desigualdade social, bem como de atraso científico-tecnológico e industrial, requer a soma de esforços coletivos para ser superada.